

ASSENTAMENTO RURAL AMARELINHA DE CIMA: O DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL

Ernesto Alexandre TACCONI NETO (1); Vivaldo Luis de FRANÇA (2)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, Rodovia RN 118, s/nº, Distrito Base Física, Ipanguaçu, e-mail: ernesto.tacconi@ifrn.edu.br

(2) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba – EMATER - PB, BR 230 - KM 13,3, e-mail: vivaldofluis@hotmail.com

RESUMO

O Brasil está entre os dez países com maior índice de desigualdade social e econômica e apresenta a segunda maior concentração de terras do mundo. Para minimizar essas desigualdades torna-se necessário uma política efetiva de reforma agrária capaz de contribuir eficazmente para a melhoria desses índices. Nesse sentido, é fundamental o apoio de uma assistência técnica que possibilite o alcance da sustentabilidade desses assentamentos. O objetivo dessa pesquisa foi investigar com base nas informações dos assentados o desempenho socioeconômico e ambiental do Assentamento Amarelinha de Cima, de Pilõezinhos-PB, moldado pela assistência técnica e extensão rural. Este estudo pode ser classificado como um estudo de pesquisa aplicada, com objetivo descritivo e abordagem quantitativa. O instrumento utilizado foi o formulário, delimitando-se a pesquisar as famílias agricultoras assentadas. Os dados foram tratados através da Análise Descritiva. Os resultados indicaram que vem ocorrendo uma ampliação no desenvolvimento de atividades agropecuárias, um aumento na renda das famílias, uma elevação no volume de produtos comercializados e um maior cuidado com o meio ambiente. Conclui-se que a assistência técnica rural é essencial para o desenvolvimento sustentável das comunidades assentadas.

Palavras-chave: reforma agrária, agricultura familiar, extensão rural.

1 INTRODUÇÃO

A reforma agrária é um dos pontos principais da questão agrária brasileira, sendo uma política pública de competência do Governo Federal (BRASIL, 1988). Portanto, em função da relevância do tema, optou-se por verificar o perfil socioeconômico e ambiental dos moradores do Assentamento Amarelinha de Cima no Município de Pilõezinhos, no estado Paraíba, que ao longo dos dez anos de sua fundação vem apresentando modificações importantes.

No ano de 1997 foi realizado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP uma pesquisa junto aos assentamentos que mostrou o perfil socioeconômico dos Assentamentos do estado de São Paulo. Por isso, buscou-se utilizar métodos científicos semelhantes, com o uso de observação e entrevista não estruturada, mas com a inserção da aplicação de formulários (ITESP, 2010).

O pesquisador, Pereira (2004) utilizou métodos semelhantes em sua tese de doutorado, para mostrar os modelos de assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar paraibana. Dessa forma chegou à conclusão de que a criação de espaços democráticos no meio rural gera perspectivas de melhoras nas atividades de orientações técnicas.

Nesse sentido, a presente pesquisa visa ampliar o conhecimento da realidade do Assentamento Amarelinha de Cima, ao mesmo tempo em que busca mostrar aos agentes transformadores do meio rural, informações de extrema relevância de forma a oferecer possibilidades de buscar melhores soluções para a geração de emprego e renda, a segurança alimentar, o combate a pobreza rural e a transição agroecológica com agregação de valor.

Estudar os assentamentos rurais e as transformações ocorridas através das práticas desenvolvidas pela extensão rural é fundamental. Neste contexto, o objetivo deste artigo foi investigar, com base nas

informações das famílias assentadas, o desempenho socioeconômico do Assentamento Amarelinha de Cima no município de Pilõesinhos-PB, através da assistência técnica e extensão rural.

2 REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O Brasil tem a segunda maior concentração de terras do mundo e está entre os dez países com maior índice de desigualdade social e econômica (FERNANDES, 2001). Até a década de 1990 o Brasil amargou a inexistência de uma política de reforma agrária capaz de contribuir eficazmente para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira.

Para Fernandes (2000) nunca existiu uma política de reforma agrária brasileira de maneira efetiva e que as invasões de terras sempre foram os maiores responsáveis pelo aumento do número de assentamentos rurais no Brasil.

A reforma agrária brasileira está baseada na Lei nº 4.504/64, que é o primeiro documento oficial sobre a reforma agrária no Brasil. Através dessa lei foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA com o objetivo de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional das propriedades rurais e administrar as terras públicas (FARIA, 2010).

Outro reforço para reforma agrária no Brasil foi a criação da Lei Agrícola de 1991 determinando à União manter serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER públicos e gratuitos para os pequenos produtores. Baseando-se nessas leis os trabalhadores rurais organizaram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, que através de manifestações e ocupações pressionam o governo para acelerar a reforma agrária, o que tem gerado inúmeros conflitos oriundos de lutas pela terra. (FERNANDES, 2001)

O órgão governamental responsável pela divisão de terras no Brasil é o INCRA que tem como objetivo realizar a reforma agrária dentro dos parâmetros da legislação, respeitando a propriedade privada e os direitos constituídos. O INCRA não visa apenas distribuir terras, mas sim garantir, aos pequenos agricultores, condições de desenvolvimento agrário e produtividade, gerando renda e melhores condições de vida para as famílias assentadas. O público alvo são camponeses sem terra e até pessoas que nunca viveram da agricultura, mas que pretendem mudar de vida saindo do sofrimento dos grandes bolsões habitacionais para levar uma vida digna no campo. (INCRA, 2010).

Entretanto, a agricultura familiar brasileira deu um grande avanço para ser reconhecida como fator importante no desenvolvimento do Brasil no momento em que o Governo Federal reassumiu no ano de 2003, a responsabilidade pelos serviços públicos de ATER, num contexto de compromisso com políticas para o desenvolvimento rural sustentável, combate à fome e inclusão social, transferindo através do Decreto Presidencial nº 4.739, de 13 de junho de 2003, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, para a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA. No mesmo ano instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER que está voltada para os diversos públicos da agricultura familiar, incluindo agricultores familiares tradicionais, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e extrativistas, ribeirinhos, entre outros. Além disso, estabeleceu uma gestão social, apoiada por conselhos representativos do governo e da sociedade, que tem gerado um sistema descentralizado de execução das políticas públicas, pois a participação social leva em conta a situação econômica local, social, ambiental do desenvolvimento. A PNATER é tida como política moderna e inovadora que leva em conta a diversidade da agricultura familiar do Brasil, os princípios e conceitos do desenvolvimento rural sustentável e estabelece as bases para um serviço de ATER coerente com a democracia e a participação dos povos. Inclui as organizações governamentais e não-governamentais na prestação de serviços públicos de ATER, integrando vocações, conhecimentos e papéis na promoção do desenvolvimento, tratando de forma muito orientada as questões de gênero, geração, raça e etnia e a inclusão da população rural mais pobre (ASBRAER, 2010).

No ano de 1995 a agricultura familiar foi introduzida na agenda do Estado com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Através desse programa as políticas agrícolas priorizaram a questão social e em confluência com o Banco Mundial direcionaram seus investimentos para o pequeno produtor (MDA, 2010).

Dessa forma, a criação dos assentamentos rurais tem o objetivo de contribuir para a melhoria social econômica do campesinato, promover a estabilidade econômico-financeira e oferecer oportunidade de trabalho digno a uma grande massa de trabalhadores sem terra.

Com a preocupação de levar a essa camada da sociedade desenvolvimento sustentável, o INCRA, em conformidade com os princípios e as diretrizes da PNATER, criou o Programa de ATES, que através de convênios com entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural tem levado assessoria técnica social e ambiental para os assentamentos da reforma agrária (INCRA, 2010).

3 O PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL - ATES

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à reforma agrária foi implementado mediante os critérios estabelecidos da Norma de Execução NE 39/04 com apoio de instituições públicas e privadas, entidades representativas de trabalhadores e trabalhadoras rurais, ligados à reforma agrária. O Programa de ATES que é coordenado pelo INCRA, baseia-se nos princípios do Programa Vida Digna no Campo e pelo Plano Nacional de Reforma Agrária do atual Governo (INCRA, 2010).

As ações do programa são voltadas para a desmistificação das metodologias tradicionais utilizadas pela ATER em anos anteriores, onde as propostas não preferenciavam os produtores e tinham seu foco principal voltado apenas para a produção e a produtividade, o que não garantia sustentabilidade no campo. Nesse contexto surgiu o Programa de ATES com objetivo de assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, fazendo com que suas unidades produtivas se tornem áreas de produção estruturadas, colocadas de forma competitiva no processo de produção voltado para o mercado, produzindo com sustentabilidade ambiental, social e cultural visando à permanência das famílias no campo de forma digna (INCRA, 2010).

Fruto do convênio realizado entre o INCRA e a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba – EMATER-PB presta assistência técnica a diversos assentamentos de reforma agrária no Estado da Paraíba, entre eles, o Assentamento Amarelinha de Cima.

A EMATER-PB que desenvolve suas atividades baseando-se nas diretrizes do PNATER tem como missão elevar a renda dos produtores rurais, tendo em vista o crescimento com sustentabilidade dentro de uma visão holística, possibilitando a confluência dos conhecimentos técnico-científicos com os conhecimentos práticos dos agricultores, gerando no meio rural um ambiente saudável, com segurança nutricional e com perspectivas de melhorias sociais para todos da comunidade (EMATER, 2010). Sendo assim, essa empresa formou uma equipe multidisciplinar para desenvolver o Programa de ATES no assentamento para que os objetivos do programa fossem atingidos. A equipe técnica buscou disponibilizar as famílias assentadas o acesso a outras políticas públicas voltadas para desenvolvimento rural sustentável como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Programa de Distribuição de Sementes, entre outras. Além disso, os extensionistas buscaram trabalhar com metodologias participativas com foco na agroecologia, na cooperação, na cultura local e na economia social e solidária.

As principais metodologias desenvolvidas pela equipe técnica com vistas ao alcance dos propósitos do Programa de ATES estão descritas na tabela 1.

Tabela 1 – Metodologias desenvolvidas no assentamento

Metodologias	Descrição
Oficinas/Reuniões	Constitui uma reunião de trabalho envolvendo grupos de pessoas que se dispõem a tratar de questões de interesse comum (RUAS, 2006).
Demonstração de Métodos.	São demonstrações técnicas feitas na presença dos agricultores para uma melhor compreensão das metodologias.
Visitas Técnicas	São visitas realizadas periodicamente nas comunidades rurais.
Diagnóstico Rural Participativo – DRP	Conjunto de técnicas e ferramentas que permitem que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento.

Reuniões com Entidade Parceira.	São reuniões realizadas conjuntamente com outras instituições para minimizar os problemas existentes no meio rural.
Encontro de produtores	São encontros realizados para o compartilhamento de técnicas, experiências, negócios e divulgação de seus produtos.
Elaboração de planos de Créditos.	São elaborações de projetos técnicos financeiros de investimentos e custeios, agrícolas e não-agrícolas, para os agricultores familiares.
Elaboração de laudos de Créditos.	São acompanhamentos técnicos realizados ao longo da aplicação dos recursos financeiros nas propriedades rurais
Dia de Campo	Técnica que permite uma abordagem simultânea dos aspectos teóricos e práticos que envolvem o tema escolhido. É realizado em uma propriedade rural onde algumas práticas já estejam implementadas (RUAS, 2006).
Campanhas	Divulgação e distribuição de materiais que visam alcançar metas de atendimento ao público alvo de determinado tema.
Palestras.	Faz parte das estratégias de divulgação de um tema, que é discutido por agentes de ATER e outras entidades nas comunidades.
Feiras de Produtores	São atividades desenvolvidas pelas associações ou grupos de agricultores com acompanhamento dos técnicos possibilitando a comercialização de produtos diretamente ao consumidor.
Intercambio	Constituem no deslocamento de um grupo de produtores interessados em melhorar suas práticas agrícolas, verificando em outra comunidade a utilização de técnicas mais eficazes.
Reunião da Equipe Técnica	São reuniões promovidas periodicamente pela equipe local para o planejamento e avaliação das atividades.

A estratégia anual de trabalho é desenvolvida pela equipe técnica local, observando o desempenho alcançado na comunidade, através das ações desenvolvidas no ano anterior. Na tabela 2 apresenta-se a evolução quantitativa destas metodologias aplicadas no assentamento entre os anos de 2007 e 2009.

Tabela 2 - Evolução quantitativa das metodologias aplicadas

Metodologia	Evolução ano a ano		
	2007	2008	2009
Oficinas/Reuniões	16	13	12
Demonstração de Métodos.	1	5	0
Visitas Técnicas	95	74	91
Diagnóstico Rural Participativo – DRP	0	0	1
Reuniões com Entidade Parceira.	2	6	4
Encontro de produtores	0	0	2
Elaboração de planos de Créditos.	0	1	0
Elaboração de laudos de Créditos.	3	2	4
Dia de Campo	0	0	0
Campanhas	4	2	2
Palestras.	2	3	0
Feiras de Produtores	0	0	0
Intercambio/Excursões	0	1	0
Reunião da Equipe Técnica	8	6	12

Fonte: Relatórios de ATES 2007, 2008 e 2009 da EMATER-PB - U.O Pilõesinhos.

Verifica-se na tabela 2 que ocorreram variações nas quantidades de algumas metodologias aplicadas. Isso ocorreu porque no momento em que a equipe técnica observa o amadurecimento da comunidade em determinado aspecto, logo direcionam as atividades para outros pontos que precisam ser potencializados.

4 METODOLOGIA

O presente estudo pode ser classificado como um estudo de pesquisa aplicada. A pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais (SILVA e MENEZES, 2001).

A forma de abordagem utilizada foi à quantitativa. Para Silva e Menezes (2001) a pesquisa quantitativa significa traduzir em números as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, requerendo o uso de recursos e técnicas estatísticas.

Esse estudo delimitou-se a pesquisar as famílias assentadas do Assentamento Amarelinha de Cima do município de Pilõesinhos-PB.

O campo de aplicação do instrumento de pesquisa se restringiu às propriedades rurais do Assentamento Amarelinha de Cima, conforme a orientação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba – EMATER-PB. A população-alvo dessa pesquisa foi composta pelas 17 famílias assentadas e o instrumento utilizado para a coleta dos dados foi um formulário que foi aplicado junto às famílias assentadas em periodicidade anual, por um período de dois anos consecutivos 2008 e 2009. As famílias pesquisadas durante o primeiro ano de investigação foram às mesmas do ano seguinte. Tal procedimento serviu para reduzir possíveis discrepâncias na medição de desempenho.

O formulário foi dividido em seis seções: na primeira seção o instrumento foi todo estruturado contendo o perfil do produtor. Na segunda seção contem as informações sobre o imóvel. A terceira seção apresenta informações sobre as culturas trabalhadas na propriedade. Os dados sobre as criações da propriedade estão dispostas na quarta seção. Outros produtos não dispostos nas outras seções apresentam-se na quinta seção e a última seção apresenta a renda da família proveniente da comercialização de produtos agropecuários, de benefícios de aposentadorias e de programas governamentais.

O instrumento dessa pesquisa foi pré-testado com 03 agricultores assentados. Em seguida, realizaram-se algumas alterações gramaticais a fim de facilitar a argumentação das questões junto aos agricultores e os resultados encontrados nas análises dos dados estão apresentados e discutidos a seguir.

5 O CASO DO ASSENTAMENTO AMARELINHA DE CIMA

5.1 Aspectos gerais do Assentamento Amarelinha de Cima

Conforme Wanderley (2004), em meio a conflitos e lutas pela terra no Brasil nas décadas de 80 e 90, o Assentamento Amarelinha de Cima no município de Pilõesinhos-PB foi criado de forma pacífica através da negociação entre o proprietário da Fazenda Amarelinha de Cima, o Banco do Brasil S.A e o INCRA, no ano de 1998. Por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilõesinhos, os lotes de terras, oriundos dessa desapropriação consensual, foram distribuídos para os antigos moradores da fazenda, que são os atuais assentados.

O assentamento possui uma área de 187 (cento e oitenta e sete) hectares de terra, sendo 149 (cento e quarenta e nove) hectares de área agricultáveis e 38 (trinta e oito) hectares de área de preservação permanente, conforme a legislação vigente no País. A área total do assentamento foi dividida entre as 17 (dezessete) famílias assentadas, resultando em uma área de 11 (onze) hectares por família. Atualmente a população total do assentamento é formada por setenta e seis pessoas. Na tabela 3 pode ser verificada a distribuição dessa população por faixa etária:

Tabela 3 – Faixa etária da população do assentamento Amarelinha de Cima

Até 15 anos	16 a 30 anos	31 a 45 anos	46 anos ou mais
19	19	20	18

O assentamento apresenta 50% da sua população formada por jovens e os estudantes representam 44,7% dos moradores do assentamento, sendo 10,5% cursando o ensino fundamental; 84,2% o ensino médio e 5,2% ensino superior. A organização física do assentamento é em forma de agrovila com 17 casas construídas através da coordenação do INCRA. As moradias apresentam boa estrutura, tendo aproximadamente uma área construída de cem metros quadrados e possuem eletrificação. Porém, as famílias enfrentam dificuldades com relação ao abastecimento de água, uma vez que o fornecimento é realizado através de um poço tubular que

alimenta uma caixa d'água e os moradores precisam transportar a água até suas residências com o uso de baldes. O acesso para o assentamento é realizado por uma estrada de barro batido, dificultando a vida dos moradores no período de chuvas. Outro fator negativo para os assentados é a falta de pontos telefônicos na comunidade, prejudicando a comunicação. A forma de transporte utilizada pelas famílias assentadas é o transporte escolar que faz o trajeto da sede do município/assentamento duas vezes ao dia para o transporte dos alunos que cursam o ensino fundamental II. Contudo, a comunidade assentada dispõe de uma escola de ensino fundamental I, localizada em outra comunidade rural a aproximadamente um quilômetro de distância do assentamento ao lado de um posto de saúde que também atende as famílias assentadas.

As famílias são organizadas socialmente através da Associação dos Trabalhadores do Assentamento Amarelinha de Cima – ATRAAC. Esta associação em parceria com outros órgãos, apoiados pela assistência técnica, desenvolve atividades com o objetivo de promover o comportamento cooperativo e associativo entre os membros deste assentamento. São ações que vão desde reuniões para discussões de melhorias para a comunidade, a oficinas de capacitação e treinamentos para a melhoria da qualidade de vida de seus associados. As orientações são voltadas para o desenvolvimento com sustentabilidade, com objetivo de garantir uma melhor produtividade e rentabilidade, conservando o patrimônio do agricultor, propiciando uma alimentação de melhor qualidade e não agredindo o meio ambiente.

A geração de emprego e renda é sustentada pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias com a criação de animais bovinos de corte e leite e avicultura alternativa. As culturas da banana, do urucum, da mandioca e do caju são responsáveis pela maior parte da renda das famílias. Há também as culturas de subsistência como o milho, o feijão e a fava, que juntos reforçam a alimentação das famílias. Algumas famílias recebem proventos de aposentarias e rendas obtidas através de programas sociais do Governo Federal.

5.2 Índices Socioeconômicos do Assentamento Amarelinho de Cima

No levantamento da pesquisa, o entrevistado foi inicialmente questionado se as condições de vida dele e de sua família melhoraram nos últimos anos, vivendo como assentado da reforma agrária. Como resultado, todas as 17 (dezessete) famílias pesquisadas afirmaram que “sim”. Outras indagações mostraram que as famílias são constituídas basicamente pelo casal e pelos filhos, sendo pouca a presença de agregados.

Os assentados desenvolvem atividades pecuárias, agrícolas e não agrícolas. O rendimento médio anual obtido pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias em 2008 foi de R\$ 3.876,27 (três mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos) que foi ampliada em 2009 para R\$ 5.889,71 (cinco mil oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e um centavos). Dessa forma, verifica-se que houve um incremento na renda das famílias assentadas em torno de 52%, em função do trabalho de assistência técnica e extensão rural desenvolvida nessa localidade através do Programa de ATEs.

Esses dados corroboram com a pesquisa de Tacconi Neto (2006), que afirma que a baixa renda recebida pela maioria dos agricultores poderia ser melhorada a partir da capacitação desses produtores através do trabalho de assistência técnica e extensão rural por meio da oferta de técnicas de gestão e cultivo orgânico, que é capaz de aumentar a produtividade desses alimentos e, conseqüentemente, a renda familiar.

Conforme os dados coletados nesta pesquisa, 46,9% dos agricultores de produtos orgânicos entrevistados possuíam uma renda mensal inferior à R\$ 300,00, ou seja, recebiam menos de um salário mínimo vigente como resultado exclusivamente da venda de sua produção orgânica. Deve-se ressaltar que a pesquisa não adicionou a renda dos produtores valores recebidos de outras atividades exercidas pelos produtores, como por exemplo, a do Programa Bolsa Família, de aposentadorias, e/ ou de outros programas governamentais e não-governamentais..

Uma questão investigada se refere ao volume de produtos comercializados pelos assentados, uma vez que o aumento da comercialização sugere um aumento na renda e melhoria na qualidade de vida desses agricultores, conforme foi verificado no aumento da renda das famílias pesquisadas. Na figura 1 estão apresentados os dados do volume dos principais produtos comercializados no assentamento, que são a macaxeira, a castanha de caju, a banana e o urucum.

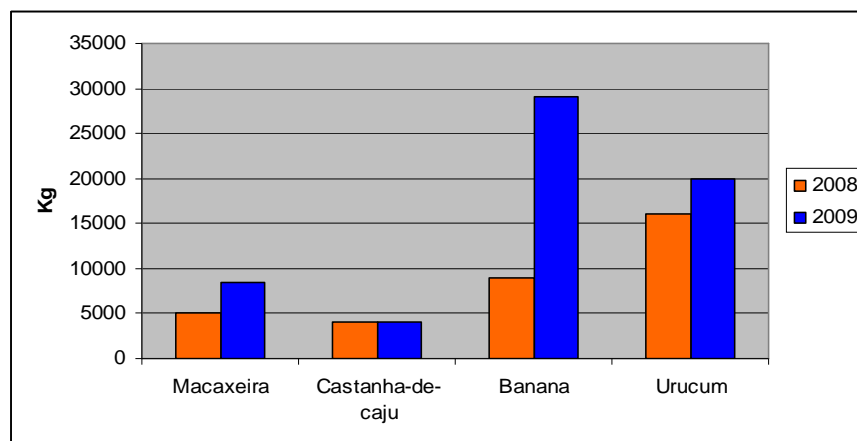


Figura 1 – Volume anual em quilos das culturas comercializadas

A figura 1 permite verificar que houve um aumento no volume das culturas de macaxeira, banana e urucum comercializadas no Assentamento Amarelinha de Cima. A castanha de caju não aumentou sua comercialização em função de uma praga que atacou a cultura entre esses anos ocasionando uma diminuição na produtividade da cultura esperada.

As principais culturas que merecem destaque são o urucum e a banana porque são os principais produtos da economia do município de Pilõezinhos. No entanto, esses produtos são vendidos através de atravessadores/intermediários que reduzem a margem de lucro dos produtores. Essa questão poderia ser minimizada se a associação procurasse novos canais de comercialização como feiras livres e cooperativas. Outro ponto muito importante para a ampliação na comercialização seria a diferenciação dos produtos no mercado por não utilizarem nenhum tipo de agrotóxico na produção.

Esse assentamento está em fase de transição agroecologia, onde a adubação é orgânica. Os agricultores estão fazendo a desintoxicação do solo, não são utilizados adubos químicos e agrotóxicos bem como estão atualmente procurando recompor as matas ciliares e preservar as espécies nativas e mananciais. Dessa forma, o Assentamento Amarelinha de Cima vem preservando o meio ambiente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Assentamento Amarelinha de Cima vem recebendo assistência técnica de forma efetiva, com a realização de metodologias participativas como o DRP, visitas técnicas, demonstração de métodos, oficinas, reuniões, dentre outros. Esse processo vem apresentando resultados positivos conforme demonstrados nos dados referentes a renda dos agricultores, que apresentaram elevação nos índices econômicos e sociais.

Com relação a comercialização das culturas, faz-se necessário uma estratégia de diferenciação dos produtos em relação aos aspectos ambientais e uma mudança na forma como inserem seus produtos no mercado local, que deveria ser realizada de forma mais direta, com o uso de uma cooperativa. Deve ser difundida entre os agricultores a importância da formação de parcerias, bem como as vantagens de constituir uma cooperativa, com a apresentação de como essas organizações funcionam e como devem ser gerenciadas.

Os resultados dessa pesquisa indicaram que vem ocorrendo uma ampliação no desenvolvimento de atividades agropecuárias, um aumento na renda das famílias, a ampliação no volume de comercialização de produtos e um maior cuidado com o meio ambiente. Conclui-se que a assistência técnica e extensão rural é essencial para o desenvolvimento sustentável das comunidades assentadas.

REFERÊNCIAS

ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **PNATER**. Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/>>. Acesso: 12 jun. 2010.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n°s 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

EMATER-PB – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba. **Missão**. Disponível em : <<http://emater.no-ip.org/v2/index.php>>. Acesso: 10 jun. 2010.

FARIA, Caroline. **Reforma Agrária Brasileira**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/reforma-agraria-brasileira>>. Acesso: 10 jun. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Editora Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Programa de ATES**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/>>. Acesso: 12 jun. 2010.

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Retrato da Terra**. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/.../retrato_da_terra_9697.pdf>. Acesso: 10 jun. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER / 2005**. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/ater/seap/Pronater.doc>>. Acesso em: 8 abr. 2010.

PEREIRA, Elvio Quirino. **Assistência técnica e extensão rural ou assessoria técnica e social?** Visões opostas do apoio a agricultura familiar. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Campina Grande.

RUAS, Elma Dias et al. **Metodologias de Extensão Rural Para o Desenvolvimento Sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte, 2006.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

TACCONI NETO, Ernesto Alexandre. **Fatores que afetam a competitividade das hortaliças orgânicas no estado do Rio Grande do Norte**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Org.): **Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas Sociais Rurais no Nordeste Brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2004.